

## O SINDICALISMO DE PARTICIPAÇÃO DA APEOESP FRENTE À POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO MÁRIO COVAS (1995-1998)

A ascensão do neoliberalismo como projeto social hegemônico a partir da década de 80

O ano de 1994 trouxe a efervescência do processo eleitoral que elegeu o segundo presidente da República (pós-ditadura militar e sucessor de Fernando Collor de Mello), e governadores, senadores, deputados federais e estaduais.

Durante toda a campanha eleitoral do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ao governo do Estado de São Paulo as propostas para a educação pública foram explicitadas e indicavam, mesmo com a ausência de um claro plano de ação, os princípios da política educacional do novo governo.

O núcleo da política educacional do PSDB para o estado podia ser verificado, inclusive, em material elaborado pela APEOESP, que em agosto de 1994 enviou aos candidatos ao governo do Estado, cinco questões sobre as propostas dos candidatos para a educação pública paulista. As perguntas referiam-se à quantidade e destinação de verbas para a educação pública (cumprimento do orçamento, utilização das verbas pelas esferas do sistema educacional), situação funcional do professor (baixa remuneração, diferenciação para concessão de gratificações, inexistência de formação em serviço, condições de trabalho inadequadas) e proposta pedagógica para a rede estadual. (APEOESP, 1994 d, p. 6)

O então candidato Mário Covas respondeu ao questionário, definindo a educação como “um tripé formado pela escola, o professor e a comunidade” (Ibid, p. 6) que necessitava ser fortalecido para a construção de uma escola pública de qualidade. O financiamento da educação foi destacado como uma questão resolvida quanto ao valor destinado à educação (30% do orçamento do estado), o grande problema estaria localizado na “boa parte do dinheiro (que) é simplesmente desperdiçado ou mal aplicado” (Ibid, p. 6) por este motivo a valorização dos professores, com melhoria salarial, das condições de trabalho e aperfeiçoamento, tornava-se tarefa muito difícil.

As propostas essenciais do PSDB paulista contra a má qualidade do ensino público eram:

- racionalizar a máquina administrativa;
  - agilizar as informações com a instituição de mecanismos informatizados de controle e acompanhamento de clientela freqüentadora da educação básica;
  - racionalizar o uso dos equipamentos escolares;
  - racionalizar o fluxo escolar atacando os problemas da evasão e repetência;
  - estabelecer novas parcerias, principalmente com os municípios;
  - dar maior autonomia administrativa, financeira e pedagógica às escolas.
- (APEOESP, 1994d, p. 6, grifo nosso)

Fica evidente que a melhoria da qualidade da educação e das condições de trabalho e remuneração dos professores da rede estadual estavam submetidos à necessidade imperiosa de uma reforma profunda na estrutura do sistema educacional, embasada na racionalização dos recursos e no redimensionamento da participação do Estado na promoção da educação pública, transferindo à população e aos professores a responsabilidade pela qualidade na educação.

O programa de educação foi publicado em setembro de 1994, e já trazia a principal preocupação do próximo governo: a racionalização dos recursos públicos<sup>1</sup>. Foi com tal intuito que o senador Mário Covas, foi eleito governador<sup>2</sup> em sua primeira gestão, de 1995 a 1998.

A nomeação de Roserley Neubauer da Silva<sup>3</sup> para o cargo de Secretária da Educação do Estado de São Paulo, confirmava a manutenção e aprofundamento das mudanças no campo educacional esboçadas nas respostas do questionário da APEOESP.

---

<sup>1</sup> Sobre as prioridades para o setor e a formulação da política educacional implementada durante o primeiro mandato de Mário Covas como governador do estado de São Paulo, ver OLIVEIRA, 1999.

<sup>2</sup> O cargo foi disputado no primeiro turno por Mário Covas (PSDB), Francisco Rossi de Almeida (PDT), José Dirceu (PT), Barros Munhoz (PMDB), Luiz Antonio de Medeiros (PP), Álvaro Brandão (PRONA), Eduardo Romanini (PSC) e Ciro Moura (PRN), em ordem decrescente de votos. No segundo turno Mário Covas disputou o cargo com Francisco Rossi, elegendo-se com 56,12% dos votos.

<sup>3</sup> Rose Neubauer, assinou o programa eleitoral de educação juntamente com Gilda Portugal Gouvea e Hubert Alquéres. Atuou entre 1983-1985, como Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Educação da, então, Secretaria da Educação, Guiomar Namó de Mello, na gestão de Mário Covas na prefeitura de São Paulo. Foi Coordenadora da CENP-Coordenadoria de Normas Pedagógicas em 1987 e 1988. Na gestão do governador Fleury, foi chamada a debater a

Para compreendermos os princípios teóricos e políticos contidos na reforma educacional no Estado de São Paulo iniciada em 1995, é preciso remontar ao contexto nacional e internacional que compunha uma disputa ideológica para a implantação de “reformas estruturais modernizantes” para o Brasil e a América Latina, para a qual a educação foi – e continua sendo - um dos pontos de sustentação.

As reformas educacionais forma impulsionadas pelas reformas econômicas, políticas e sociais, amplamente definidas como neoliberais<sup>4</sup>, que tiveram início na década de 70 e alcançaram hegemonia na década de 90.

Tais reformas estavam correlacionadas aos princípios do neoliberalismo. Termo este que passou a denominar um conjunto teórico e prático de reformulação das relações sociais contemporâneas. A profundidade das mudanças propostas fez do neoliberalismo objeto de estudos e reflexões de diversos pesquisadores, na tentativa de compreender a totalidade de seu arcabouço e a abrangência de suas ações, sobretudo pelo pensamento social contemporâneo.

Nos países de capitalismo avançado, esta doutrina econômico-política e ideológica encontrou fertilidade para proliferação durante a crise de acumulação capitalista dos anos 70, eclodida no seio do Estado de bem-estar social e da adoção das medidas keynesianas de regulação estatal das crises cíclicas do capitalismo.

A irrupção desta crise, que abrirá amplo espaço para a admissão da ideologia neoliberal, não é apenas conjuntural, conforme evidencia Souza:

A crise é, portanto, de fundamental importância para o sistema capitalista pois, constitui contraditoriamente, um processo de reprodução, a partir do momento em que gera profundos processos de reorganização produtiva, de redefinição das relações de produção, bem como de reestruturação institucional do conflito de classe no âmbito do Estado. A própria crise é, ao mesmo tempo, elemento de destruição e de construção do próprio sistema. Os períodos de crise são, na

---

educação paulista do Núcleo de Gestão Estratégica elaborado por Fernando Moraes, o então Secretário da Educação do Estado de São Paulo. Participou da Consultoria ao Banco Mundial, para elaboração do Projeto Nordeste financiado por essa instituição. É professora da Faculdade de Educação da USP e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, e realizou pesquisas sobre educação pública.

<sup>4</sup> Sobre uma abordagem que caracteriza como neoliberal o modelo político-econômico hegemônico no mundo a partir da década de 70 ver: Moraes, (2001); Gentili, (1995); Petras (1997)

realidade, uma necessidade vital para o capitalismo, pois são nesses momentos que produzem as rupturas necessárias para a sua continuidade (2002, p. 74)

O cenário desta crise capitalista, iniciada nos anos 70, nos países de capitalismo avançado, combina e inter-relaciona informações, formando um contexto em que fatores que poderiam de maneira superficial apresentarem-se dissociados, estão, na verdade imbricados e formam o quadro crítico do qual emergiu o neoliberalismo.

Podemos destacar os elementos constitutivos desta crise, como problemas estruturais no padrão de acumulação capitalista (Bianchetti, 2001 e Souza, 2002) deste período.

Identificamos, primeiramente, a queda da taxa de lucro, concomitantemente ao aumento do preço da força de trabalho e intensificação das lutas por ampliação das conquistas sociais, ocasionando queda de produtividade, o que levou ao acirramento da tendência decrescente da taxa de lucro (Antunes, 1999).

Em segundo, pela estagflação que atingiu “todo o mundo capitalista avançado (impondo uma) longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação (...)” (Anderson, 1995, p. 10), agravada pela crise do petróleo de 1973 (Bianchetti, 2001).

Seguido pela crise do modelo taylorista/fordista, que não mais respondia de maneira satisfatória à retração do consumo gerado, principalmente, pelo crescimento do desemprego estrutural (Antunes, 1999).

Há ainda, a intensa concentração de capital nas empresas formadoras dos monopólios e oligopólios, ativados pelo crescente número de fusões (Antunes, 1999) e o fortalecimento do poder econômico dos bancos internacionais na nova fase de internacionalização do capitalismo, configurado pelo crescimento do capital financeiro em relação ao capital produtivo, o que leva a um maior controle da distribuição internacional do fluxo de capitais por estes agentes (Bianchetti, 2001).

Somado a estes fatores, está o declínio da confiança na capacidade das medidas keynesianas de intervenção estatal para conter as crises capitalistas e seus efeitos danosos à qualidade de vida da maioria da população.

Segundo Souza:

Em decorrência dessa crise, o capital vem procurando recompor suas bases de acumulação em um contexto de avanço do patamar científico e tecnológico no mundo do trabalho e de maior socialização da política em nível mundial. À medida que o capital busca recompor suas bases de acumulação, ingressa num processo de redefinição de seu modelo de desenvolvimento, através de uma busca visceral de regularidade para o sistema social de produção, promovendo assim uma verdadeira transformação na organização da produção e na regulação das relações de produção, que se expressam através de uma nova configuração na correlação de forças políticas em disputa pela hegemonia no âmbito do Estado (2001, p. 75).

A busca pela recomposição das bases cumulativas implicou uma disputa ideológica pelo novo modelo econômico e político capaz de suplantando as conseqüências da crise dos anos 70. Para cumprir este papel as agências multilaterais, sobretudo FMI e BM, são significativas para a implantação das políticas destinadas aos países dependentes, sobretudo a partir de dos anos 80. É importante ressaltar sua importância das agências multilaterais na elaboração e implementação das políticas educacionais neoliberais para o “Terceiro Mundo”.

#### Diagnóstico e estratégias da reforma educacional neoliberal

O constructo teórico e as estratégias de implementação da política econômica e social neoliberal são o baldrame da formulação de sua política educacional. Podemos perceber que os princípios teóricos que orientam a política neoliberal mais ampla estão em consonância com as propostas para o setor educacional.

Recorreremos, com especial atenção, ao formato da argumentação das críticas neoliberais ao Estado de bem estar social e apresentação de suas proposições, retomando brevemente elementos da política econômica e social neoliberal.

Em grande parte da bibliografia sobre as políticas neoliberais encontramos um ordenamento comum da exposição dos princípios do neoliberalismo, tanto entre os autores neoliberais, quanto entre seus críticos.

Tal ordenamento consiste, em um primeiro momento, na explicitação de um diagnóstico que caracteriza de maneira apocalíptica as sociedades atuais, que estariam mergulhadas numa intensa crise; sucedido pelo anúncio dos culpados pela crise e seu necessário isolamento e por último, mas não menos importante, a declaração das ações providenciais a serem adotadas imediatamente, a fim de salvaguardar o futuro das sociedades acometidas pelos males antes diagnosticados.

Para compreendermos as vinculações teóricas e as motivações para a implementação das políticas educacionais a partir de 1994 no estado de São Paulo, acreditamos ser preciso seguir esta estrutura de apresentação, uma vez que as medidas adotadas pela SEE, também apresentaram-se por este viés: diagnóstico, culpabilização, medidas cabíveis para reversão do quadro.

No que tange à política econômica neoliberal, Moraes (2001) destaca que o diagnóstico identifica uma crise no papel do Estado e a defesa da superioridade dos mecanismos do mercado para ajustamento das receitas dos indivíduos. Estaria ocorrendo, segundo os neoliberais, uma crise de supervalorização do Estado e do planejamento, que acarreta um aumento dos tributos, crise fiscal, endividamento do Estado, aumento da inflação, aspectos impulsionados pelo ideal de democracia igualitária, que corrompe as sociedades porque a ilude com possíveis ganhos fáceis, que são irreais.

De um lado estariam os neoliberais, que percebem a necessidade de “reformas estruturais”, que visam a retomada do crescimento e redistribuição (pela lógica natural do mercado) das posses e bens sociais; e do outro os culpados pela crise que se avoluma.

Na Europa e EUA os culpados seriam: o Estado de bem-estar social, que efetiva a planificação e distorção do auto-ajustamento do mercado; a doutrina keynesiana, que supervaloriza a intervenção estatal na economia; os sindicatos, que pressionam por ganhos igualitários e acomodam-se na democracia que permite a imposição da vontade das maiorias.

Na América Latina, os réus são as teorias desenvolvimentistas e o populismo, o Estado protecionista e industrializante e a extensa legislação trabalhista, preservada pelos sindicatos, que engessa a competitividade entre os indivíduos e distorce os mecanismos naturais do mercado.

A “correção” destes erros implicaria, portanto, um conjunto de medidas capazes de reverter a excessiva planificação e interferência do Estado e valorizar os mecanismos do mercado nas relações sociais.

Este conjunto articulado de políticas, compõe-se de três pilares: a) desregulamentação da ação reguladora do Estado na economia, em geral e no mercado de trabalho, em particular; b) a política de privatização que visa a desestatização de empresas e serviços e sua transferência à iniciativa privada; c) abertura comercial e financeira para o capital internacional com uma aguda diminuição das barreiras para circulação de mercadorias e capital. (Saes, 2001, p. 82)

O primeiro conjunto de medidas interessa à classe dominante de maneira geral, pois beneficia empresas capitalistas pequenas e grandes, do setor industrial, comercial e agrícola, nacionais e estrangeiras.

A política de privatização, por sua vez, tem um círculo de favorecimento mais restrito, pois aumenta o patrimônio apenas das grandes empresas do setor bancário, industrial e da construção civil, em suma, os grandes conglomerados transnacionais e o setor brasileiro de capital monopolista.

A política que beneficia um número diminuto da classe dominante é a de desregulamentação financeira, que favorece sobretudo, o setor bancário, o capital monopolista e os investidores financeiros estrangeiros.

Como mostramos demonstramos anteriormente, no item 1.2, a política econômica neoliberal modifica sobremaneira a perspectiva das políticas sociais, concebendo-as como necessárias somente para os setores mais empobrecidos da sociedade e com um caráter compensatório por sua incompetência em atingir uma inserção aceitável no mercado. A desigualdade social advinda das diferenciações naturais de capacidades e habilidades e de seu uso ótimo nas relações de mercado é, inclusive desejada, uma vez que estimula a competição e conseqüentemente o desenvolvimento das relações mercantis. Assim, para os neoliberais as políticas sociais estão circunscritas ao atendimento emergencial da população pobre.

A atuação do Estado na elaboração, execução e avaliação das políticas sociais obedece, segundo os neoliberais, a quatro pilares definidores dos planos de ação quanto a este tema.

São eles:

a) Focalização: consiste na reordenação dos custos, com recursos redimensionados propendendo-se a atingir o grupo social em situação de emergência. Há portanto, o direcionamento de verbas a um quantum de pessoas, consideradas em estado agudo de pobreza, às quais será destinado um benefício de piso mínimo. Os responsáveis por tais ações são, prioritariamente, as Organizações não-governamentais (ONG's) e entidades filantrópicas, as quais trabalharão em caráter de parceria com o Estado.

b) Descentralização: Propõe-se um movimento de aproximação das ações estatais da população através da transferência das incumbências do governo em âmbito federal para o estadual, seguido pelo municipal, de maneira que o repasse e gerenciamento de recursos e responsabilidades às localidades e às entidades distribuídas na sociedade gerasse um maior acompanhamento por parte da população sobre o uso do dinheiro público contribuindo para a democratização e participação do espaço público-estatal;

c) Privatização: pode ocorrer de formas variadas, pois tem como centro a busca da eficiência e eficácia do sistema produtivo, atravancadas pelo burocratismo próprio do Estado e do corporativismo das reivindicações do corpo de funcionário. Sugere-se com a privatização espargir o caráter mercantil das relações sociais. Pode ocorrer com a transferência da propriedade estatal e/ou da gestão dos bens públicos para a iniciativa privada ou através do estímulo da relação fornecedor/cliente em lugar do Estado/cidadão.

d) Desregulamentação: consiste em retirar todos os entraves legais que obstruem a ação livre do mercado. É preciso, facilitar a penetração do mercado na vida social através da redução da influência da política sobre a economia com a reorientação legal, eliminando os impedimentos ao desenvolvimento dos empreendimentos privados.(Moraes, 2000). É o que os neoliberais chamam de “revolução constitucional” (Ibid).

Interessa-nos, particularmente, as definições quanto à política educacional contida em uma política econômica e social neoliberal, pois como alerta Coraggio, “... as políticas



educativas devem ser discutidas e propostas no contexto de uma estratégia mais ampla, cujo núcleo econômico é mais amplo” (Coraggio, 1995 Apud Haddad, 1998, p. 44)

Como veremos, a política educacional específica para o Estado de São Paulo, esteve em consonância com os princípios da política neoliberal, desde seu diagnóstico, até sua implementação.

#### O caso da política educacional para o ensino público no Estado de São Paulo (1995-1998)

Em um contexto que, como salienta Haddad, “no plano das políticas públicas, a atuação no campo da educação vem ocorrendo através de uma profunda reforma educacional conduzida prioritariamente pelo Governo federal, que produz impactos no plano estadual e municipal” (1998, p. 47), a política educacional implantada no estado de São Paulo é um exemplo da veracidade desta afirmação.

A gestão da Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo (1995-1998) deu início às mudanças no sistema educacional através de um conjunto de medidas e projetos que, segundo Viriato (2001), são articulados, compondo um modelo abrangente, estrategicamente implementado, ponto a ponto, que atinge diferentes segmentos, enfraquecendo a resistência da comunidade escolar a cada avanço da reforma educativa.

Este “quebra-cabeça”, como denominou Viriato (2001), teve, porém, ordenação, ou seja, os princípios da reforma que aglutinaram as medidas, que em muitos momentos pareciam isoladas e desconexas aos olhos parciais de cada segmento.

Podemos afirmar que as diretrizes educacionais para o estado de São Paulo para os anos de 1995 a 1998, estão em conformidade com as reformas neoliberais difundidas pelo Banco Mundial e efetivadas pelo governo federal brasileiro a partir de 1995. Para tanto, estamos nos referenciando em documentos da SEE que explicitam os eixos da política educacional do estado de São Paulo e que nos mostram a concordância com as premissas teóricas da reforma neoliberal, bem como na materialização destes princípios nas medidas implementadas ao longo dos quatro anos da primeira gestão do PSDB no estado de São Paulo, as quais apontaremos adiante.

A análise do primeiro documento oficial após a posse do novo governo, publicado no Diário Oficial (D.O.E.; 1995a) pela Secretaria de Estado da Educação (SEE), no início do ano de 1995, segue a lógica do diagnóstico catastrófico do quadro geral da educação, culpabilizando os agentes educacionais anteriores ao governo “modernizador” e encerra com as proposições capazes de redimir o sistema educacional de sua condição de falência. Vejamos.

Centrando o argumento da educação pública como principal “investimento” produtivo, valorizando o mercado com sua dinâmica nacional e internacional, em detrimento da ação estatal, a SEE propõe elaborar sua política educacional vinculada a formulações que estabelecem relação direta entre o desenvolvimento econômico das nações e o processo educativo adotado, concebendo a educação como aspecto principal do desenvolvimento econômico e expansão do mercado de trabalho com uma possível distribuição de renda.

Assim, a SEE argumenta que o “profundo avanço tecnológico dos anos 80, o impacto da informatização e o processo crescente de internacionalização da economia estão, naturalmente, a exigir um novo perfil de cidadão (...) capaz de se adaptar às mudanças do processo produtivo” (Ibid., p. 08) afirma a educação como “indispensável ao sucesso econômico e social de qualquer país que se proponha a enfrentar a competição internacional” (Ibid., p.08). Daí, a “modernização” do sistema educacional é condição para o desenvolvimento do país e sua participação no mercado mundial.

Para que a entrada no Brasil no processo de globalização se efetive, é preciso sanar os problemas educacionais urgentemente, identificando o que levou o sistema educacional ao grau de deterioração existente. O diagnóstico da SEE centra suas críticas nos governos anteriores por seu modelo de Estado.

A SEE se opõe às políticas educacionais dos últimos 20 anos, alegando o aumento na queda da qualidade do serviço educacional, consequência da construção de escolas e salas de aula sem planejamento, o que gerou um grande crescimento do sistema educacional público paulista.

O processo de crescimento acelerado da rede escolar causou um aumento no número de salas de aula ociosas e professores mal qualificados, porque não houve a

preocupação com um sistema de gerenciamento capaz de mostrar com clareza a real situação da rede escolar, auxiliando na promoção de ações rápidas na solução dos problemas.

Uma situação caótica e desorganizada teria se instaurado na rede estadual de ensino pela ausência de uma “política consistente de educação” advinda da “acentuada desarticulação entre as esferas governamentais (impedindo) o delineamento claro do papel de cada uma delas” (Ibid., p. 08).

A redefinição do papel do Estado evidencia-se pelo caráter parasitário atribuído aos serviços públicos estatais prestados até esta análise. Sentencia a SEE que o Estado, posicionando-se como “mero gestor de uma máquina gigantesca” (Ibid., p. 08), centralizada, burocratizada, torna-se ineficiente. Esta ineficiência expressa-se no alto índice de evasão e repetência, que chega a representar 25% do total de alunos ingressantes e um desperdício de US\$ 324.720.000 para os cofres públicos, bem como na precária qualidade de ensino, como atesta estudo realizado “pela Fundação Carlos Chagas e instituições internacionais (...) (que verificou) que as nossas crianças só alcançaram desempenho superior às de Moçambique” (Ibid., p. 09).

A irracionalidade do sistema educacional apresenta-se por uma ineficiência decorrente do caráter moroso e rígido do Estado e da ausência de mecanismos de controle. Este modelo “emprega uma estratégia pouco eficiente, que contribui para a subutilização de recursos humanos, físicos, materiais, conduzindo ao uso inadequado de verbas-recursos financeiros, além de dificultar qualquer alternativa de parceria e cooperação entre os poderes públicos e da sociedade civil.” (Ibid., p. 09).

O campo educacional, considerado centro das intervenções do Estado, deve, portanto, passar por uma “revolução na produtividade dos recursos públicos que, em última instância, deverá culminar com a melhoria da qualidade de ensino” (Ibid., p.09).

Sob esta diretriz central, a nova política baseia-se na mudança do papel do Estado, que deixa de ser um prestador de serviços educacionais e se transforma em um “agente formulador, por excelência, da política educacional paulista, voltada à realidade sócio-econômica do Estado e às aspirações de uma sociedade que se pretende moderna e desenvolvida”. Para tanto, o Estado deve ter uma “máquina administrativa leve, ágil,

flexível, eficiente e moderna, capaz de ser um instrumento na implantação de uma nova política educacional” (Ibid., p. 09).

A reforma e racionalização da máquina administrativa é o centro da proposta do governo Mário Covas, que identifica o principal problema da educação paulista não no ingresso, mas na permanência das crianças e adolescentes nas escolas, direciona suas ações para a contenção e realocação dos recursos públicos e para seu melhor aproveitamento, com o objetivo de “moralizar e potencializar os recursos” (Ibid., p. 09), através da progressão escolar, sobretudo, das crianças com defasagem idade/série.

A primazia do mercado revela-se nos argumentos da SEE que privilegiam a eficiência e eficácia que estariam nos processos e relações exteriores ao Estado, aparecendo nas parcerias com a chamada “sociedade civil”.

Dois conjuntos de medidas são portanto, prioritários na busca pela “modernização do Estado”: a descentralização e a desconcentração de recursos e competências. Segundo a SEE, “isto significa a democratização do Estado e da política, mediante a multiplicação dos centros de poder nas instâncias locais e a procura de aumento da eficiência das políticas públicas pelo controle direto dos usuários” (Ibid., p. 09).

A busca da qualidade de ensino só pode ser alcançada através da implementação de medidas que: a) reorganizem a estrutura atual da SEE e b) busquem novas parcerias para prestação de serviços educacionais com “empresários, professores, pais, sindicatos, universidades, etc. – entre os quais os municípios se constituirão em parceiros privilegiados” (Ibid., p.09).

A nova política educacional focaliza o trabalho docente, pois, segundo a SEE, o professor “torna-se responsável pelo sucesso ou fracasso de qualquer política educacional de melhoria da qualidade de ensino” (Ibid., p.09).

As ações da SEE que repercutem diretamente nas salas de aula de cada escola do Estado de São Paulo são gestadas segundo uma concepção que, compreendendo o sistema público escolar como parte da política estatal para a área social, deve adequá-lo às demandas do mercado. A meta de otimização de recursos negligencia as demandas impostas pelos indicadores sociais e pela pressão popular por ampliação dos direitos,

voltando-se para o cumprimento dos limites orçamentários decorrentes da política econômica.

As linhas gerais do programa de governo para a educação que, posteriormente, transformou-se em diretrizes para a gestão, foram concretizadas em um processo, ainda inacabado, de mudanças profundas na organização e funcionamento de todas as instâncias da SEE no Estado de São Paulo. Este conjunto de medidas foi denominado *Reforma da Educação da Rede Pública Estadual*<sup>5</sup>, e constitui-se de três blocos de medidas:

- 1) Racionalização dos recursos públicos: Cadastramento Geral dos Alunos, Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual, Programa Escola nas Férias, Classes de Aceleração, Programa de Progressão Continuada, Exigência de idade mínima para matrícula, Reorganização Curricular e Novo Plano de Carreira.
- 2) Descentralização no oferecimento do ensino fundamental via municipalização ou programas de ação de parceria Estado-Município.
- 3) Desconcentração da administração: Extinção das Divisões Regionais de Ensino (DRE's), Sistema de avaliação e Rendimento Escolar de São Paulo (SARESP), Normas regimentais para as escolas (Oliveira, 1999 e Nery, 2000).

Este conjunto de ações foram implementadas de maneira ordenada e concatenada, objetivando instituir uma lógica competitiva e anti-estatal. Cada item que o compõe será citado para compreendermos como a realização da reforma do ensino foi se deu de um modo deliberado e consciente.

Afirmamos, com base, na literatura que destacamos, que a Reforma da Educação Pública Paulista empreendida a partir do governo Mário Covas, trata-se de uma contra-reforma. Isto porque, impõe-se como núcleo central das medidas governamentais a retração de conquistas da classe trabalhadora em termos de acesso e qualidade da educação pública. Segundo Gentili, houve com as medidas neoliberais em educação a progressiva redução nos gastos em educação em relação ao PIB, um aumento da responsabilidade das famílias com o financiamento da educação em decorrência das formas de privatização, uma intensificação do caráter excludente dos sistemas escolares. Tais características

---

<sup>5</sup> As ações foram divididas conforme proposta apresentada pela SEE, porém consideramos que todas se interrelacionam e se complementam, formando a efetivação de um modo de pensar a educação, a sociedade e o Estado, bem como suas relações, postos à público através de documentos oficiais.

evidenciam-se com a contra-reforma da educação pública paulista, através das medidas já analisadas, as quais trouxeram a diminuição do quadro docente, do número de classes ativas na rede, da transferência de responsabilidades para as esferas mais frágeis do sistema escolar, da deterioração das condições de trabalho docente com o aumento do tempo e intensidade de trabalho e arrocho salarial. Concordamos com Gentili que “depois do dilúvio neoliberal, nossas escolas serão piores do que já são agora. Não se trata de um problema de qualidade pedagógica, ainda que também o seja. Trata-se de um problema político e ético: nossas escolas serão piores porque serão mais excludentes” (Gentili, 2001, p. 35).

Sem dúvida, dentre os sujeitos mais atingidos pelo avanço das medidas neoliberais em educação, estão os professores da rede pública. Esta categoria estará vivenciando a essência do neoliberalismo, tanto nas questões funcionais, com a desqualificação pública dos profissionais acompanhada de uma intensa degradação das condições de trabalho, quanto no esfacelamento da rede pública de educação com a piora no atendimento à população, o que fragiliza a aliança, sobretudo em momentos de refluxo do movimento sindical, de professores com pais e alunos.

Assim, interessa-nos demonstrar quais as possibilidades de resistência dos professores da rede pública do estado de São Paulo à implantação da “reforma” educacional na gestão Mário Covas. Para tanto, utilizamos como eixo deste questionamento, a organização sindical dos professores, retomando suas lutas durante o período que antecedeu tais medidas, buscando compreender quais as características da ação sindical durante este período recente.

Este período de transitoriedade, porém, não significa, um tempo de paralisia, pelo contrário, a preparação econômica e ideológica para a penetração definitiva do neoliberalismo no Brasil estava em andamento, angariando apoios, estruturando os canais para sua implantação. As resistências, porém, enfraquecem-se, e o sindicalismo brasileiro inicia sua crise. Mas em que consiste esta crise? Quais suas causas?

A palavra de ordem é participar! O sindicalismo de participação na sala de aula

Para responder a estas questões, discutiremos as mudanças transcorridas no sindicalismo brasileiro a partir da década de 90 sob dois aspectos determinantes de sua crise: as mudanças no processo produtivo e a adoção do projeto neoliberal.

Primeiramente, em que consiste o que chamamos aqui de crise do sindicalismo? A ofensiva do capital iniciada na década de 70, para recuperar as bases de acumulação perdidas, destrói as conquistas da classe trabalhadora, reduzindo os custos do processo produtivo e abalando a resistência de classe. Esta crise é assinalada, por um lado, pela adoção de medidas defensivas pelos sindicatos, que não vêm-se com capacidade de organização e mobilização para ações ofensivas, seja sobre o governo, seja sobre o empresariado. A retração do sindicalismo, diminui sua atuação no âmbito social na disputa política por uma projeto de defesa dos interesses gerais dos trabalhadores, sobressaindo a participação em esferas delimitadas de debate e decisão, reduzidas, ou inexistentes, com rebaixamento das reivindicações. Por outro lado, os trabalhadores perdem o sindicato como referência para formulação de propostas econômicas e sociais, e arrefecem seu desempenho, tanto na militância, pela descrença nos instrumentos sindicais, como pela diminuição do número de sindicalizados em decorrência do desemprego e precarização do trabalho.

A crise do capital constituída pela constante queda da taxa de lucro, em intensa estagflação, desemprego estrutural com redefinição do modelo produtivo do taylorismo/fordismo e expansão dos monopólios e oligopólios, resultantes de fusões, com fortalecimento do poder do capital financeiro em nova fase de internacionalização do capital, busca reconstituir os ganhos reprimidos pela crise na recomposição das relações de produção, com aprofundamento do controle e exploração sobre a força de trabalho pelo capital e Estado, através da reformulação legal que garanta a implementação de políticas estatais direcionadas para a recomposição capitalista.

Assim, como diz Antunes, as transformações do processo produtivo, reconduzem à novas bases de acumulação capitalista através da

acumulação flexível, do downsizing, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o “toyotismo” ou o modelo japonês. Essas transformações,

decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural (Antunes, 1999, p. 47-78).

As mudanças no padrão de produtividade, “qualidade” e flexibilização da produção, têm conseqüências diretas sobre a classe trabalhadora. Há um intenso processo de controle e intensificação da exploração, estabelecido pela “flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e ‘envolvimento’ da força de trabalho, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ)” (Idem, 1993, p. 01), que opera com as terceirizações acarretando o aumento dos trabalhadores informais, com a precarização do trabalho com a utilização de trabalhos temporários, parciais, etc, tornando a instabilidade um elemento preponderante na vida do trabalhador.

A redução do operariado fabril é concomitante ao crescimento da distância entre trabalhadores formais e informais, dificultando a unificação das demandas trabalhistas pelo conjunto da classe trabalhadora.

A intensidade e multiplicidade das transformações abateram a organização operária que, agora, vê-se confrontada com uma classe trabalhadora mais fragmentada e heterogênea.

No Brasil, tal processo iniciou-se no fim dos anos 80 em uma conjuntura de crise econômica, estímulo à abertura de mercado e estímulo às exportações<sup>6</sup>, que significou o agravamento de problemas como o desemprego estrutural, concentração de renda, empobrecimento da população. Assim, a reestruturação produtiva no caso brasileiro, segundo Ramalho (2002), tem especificidades. Aqui, há uma grande heterogeneidade na reestruturação industrial entre setores e, até mesmo, internamente ao mesmo setor, não atingindo todo o parque industrial. Revela-se também, a implantação de uma “versão ‘abrasileirada’ do modelo japonês de organização do trabalho fabril, com traços

---

<sup>6</sup> A respeito da reestruturação produtiva no Brasil ver Antunes, 2002; Alves, 1998 e um estudo sobre o impacto político-ideológico sobre os sindicatos da implantação do PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade durante o governo Collor, ver Borges, 1998.



conservados do taylorismo/fordismo, sobretudo no que tange ao controle e coerção sobre os trabalhadores, bem como introduz-se as técnicas e métodos japoneses ao mesmo tempo em que há uma postura avessa à negociação com trabalhadores e sindicatos, caracterizando uma “modernização conservadora” (Ramalho, 2002, p. 86-88).

As conseqüências para a classe trabalhadora, decorrente destas “particularidades brasileiras” são, também, intensificadas, significando

(...) grande mobilidade de mão-de-obra, crescimento da participação do trabalho informal, redução dos salários reais na maioria dos setores, aumento do recurso à subcontratação do trabalho, com participação do trabalho em domicílio; e uma maior seletividade das empresas na contratação dos trabalhadores, em função da grande disponibilidade de mão-de-obra no mercado. (...) a tendência brasileira seria de um tipo de adaptação à reestruturação em que predominaria a ‘realidade do mercado’, com os trabalhadores assumindo o ônus maior da crise (Ramalho, 2002, p. 88).

O quadro de crise se agrava com a introdução de políticas neoliberais no Brasil, a partir de 1989 que visam a desregulamentação dos direitos trabalhistas e supressão dos direitos sociais, privatizações e abertura comercial e desregulamentação financeira. (Boito, 1999, p. 51)

As conseqüências sociais destas políticas, são verificadas pela intensificação da retração dos direitos, com o aumento do desemprego, diminuição dos salários médios, degradação dos serviços públicos.

Durante o período de 1990-1995, o desemprego no Brasil subiu de 3,7% para 4,8%. Nas regiões metropolitanas, mais industrializadas, os dados são mais assustadores. Na Grande São Paulo a taxa média de desemprego entre 1985 e 1989 foi de 9,8%, subindo para 13,2% entre 1990 e 1995. Ao mesmo tempo, o tempo de procura por emprego subiu de dezessete semanas em 1985, para 22 semanas em 1995 (Ibidem, p. 89-90).

Para aqueles que conseguiram um emprego, a instabilidade esteve presente. A taxa de rotatividade no mercado de trabalho em 1993, mostrava que, no setor privado, 40,3% perderam o emprego antes de completar um ano de admissão e 64,6% antes dos quatro anos (Ibidem, p. 93).

A diminuição do emprego foi acompanhada pela queda do salário dos trabalhadores, expressa pela queda no valor do salário mínimo que “caiu a menos da metade entre 1989 e 1996”, responsável pelo sustento de 22,1% da população que recebe até um salário mínimo e de outros 20,4% que recebem entre um e dois (Ibidem, p. 97).

Os direitos sociais, atingidos pela diminuição dos gastos sociais pela União também foram significativos. Em relação ao PIB, os gastos sociais tiveram diminuição entre 1987 e 1993 na saúde de 2,19% para 1,77%; na educação de 1,30% para 1,06%; na habitação de 0,38% para 0,21%; e na nutrição de 0,25% para 0,11% (Ibidem, p. 103).

Forma-se um quadro de enormes dificuldades para a resistência dos trabalhadores no Brasil, com o processo de intensas transformações na forma de ser da classe trabalhadora decorrente da reestruturação produtiva no país, combinada com o avanço das políticas neoliberais, que estariam legitimadas pelo voto popular.

Portanto, as mudanças no processo produtivo aliadas às políticas neoliberais ruíram as bases de sustentação de um sindicalismo de confronto construído ao longo da década de 80.

Interessa-nos discutir as conseqüências da ofensiva do capital sobre o sindicalismo de confronto, pois é no interior deste que se construiu a experiência sindical da APEOESP e da corrente majoritária que dirige o PT, a CUT e, também, a APEOESP.

O sindicalismo encontrou novos desafios. Uma classe trabalhadora que enfrenta altos índices de desemprego, trabalhos precários, diminuição dos salários, fragmentação. Uma política econômica e social desindustrializante, privatizante, que destrói os serviços públicos, concentra renda, aglutina a burguesia contra as demandas trabalhistas. Um sindicalismo cindido, com a criação e crescimento da Força Sindical; formada pela direita sindical, apoiada pelos governos neoliberais<sup>7</sup> e defensora dos princípios do neoliberalismo e

---

<sup>7</sup> Segundo Boito, “a Força Sindical e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo conseguiram milhões de dólares do governo Collor para montar seu aparelho sindical. Em julho de 1991, Medeiros, passando alguns dias em Brasília, levantou 4,5 milhões de dólares para entidades sindicais da Força Sindical junto aos Ministérios da Saúde e da Educação e junto à Caixa Econômica Federal; tudo encoberto por convênios que não se realizaram, como cursos de alfabetização, ou destinados para a ampliação da rede de quatro ambulatórios do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo” (1999, p. 185)

a “incapacidade de adotar posturas de confronto diante da ofensiva do capital” (Alves, 1998, p.129) por parte dos “herdeiros” do novo sindicalismo, aglutinados na CUT.

Ao procurar saídas para a crise sindical, o sindicalismo de confronto, primeiro nega duas vertentes como opção estratégica para as ações sindicais a partir de então. A primeira, é a oposição aberta de adesão à um sindicalismo de direita, conformado na integração com governos neoliberais. A outra, mais matizada, é a negação do marxismo/leninismo, identificado com as experiências da União Soviética e do Leste Europeu que ruíram no início dos anos 90.

Assim, o sindicalismo remodela-se, partindo de um pressuposto conjuntural: não é possível agir apenas de forma defensiva. A ação, porém, não pode ser ofensiva, pois as políticas econômicas e sociais neoliberais enfraqueceram a mobilização e organização, esvaziando os sindicatos de poder de pressão, sucumbindo as greves. Por isso, a ação sindical, deve constituir-se em intervenções institucionais, ou seja, em fóruns paritários, onde seriam debatidos e negociados, acordos consensuais, que pudessem trazer ganhos à classe trabalhadora.

A estratégia do sindicalismo, portanto, prioriza a apresentação de propostas a serem dialogadas com governo e empregadores, e que, portanto, devem ser passíveis de aceitação e implementação por todos, pois há agora, “a necessidade de que o movimento dos trabalhadores incorpore em sua agenda um conjunto de questões ligadas à sociedade e à economia brasileira” (Almeida, 1999).

Ocorre a redefinição do papel do sindicato, que além de atuar na esfera “corporativa”, deve agora “enfrentar” uma nova agenda de questões como

desemprego, participação nos lucros e resultados, remuneração variável, produtividade, flexibilização das normas reguladoras da empresas e dos setores, reforma do Estado, privatização, redução e flexibilização da jornada de trabalho, abertura da economia, integração nacional, questões de gênero, trabalho infantil, entre outras (Pochmann, 1988, p. 22).

Nesta concepção, seria através da combinação deste dois elementos (corporativo e políticas públicas) que o sindicalismo poderia retomar em bases superiores a intervenção na

política econômica e social do país. Desta forma, é central a busca do movimento sindical por criar espaços e influenciar na definição e execução de tais políticas.

Em documento da CUT, de 1992, apresentado por Jair Meneguelli (então presidente da central), esta visão evidencia-se. “Essa linha de atuação requer, necessariamente, a adoção de estratégias que combinem a prática defensiva/reivindicativa com uma política propositiva no âmbito das relações capital/trabalho e entre Estado e sociedade” (CUT, 1992, p. 70).

A participação do sindicato em fóruns institucionais requer a existência de tais espaços, e ainda, verificar sua composição e capacidade de influir na definição e execução da pauta negociada. Este aspecto não deixa de ser considerado, e é ressaltado pela defesa da valorização da democracia, que podemos verificar no trecho a seguir.

A formulação dessas estratégias passa, por sua vez, pela **valorização da democracia**, que deve se concretizar na modernização das relações de trabalho e na redefinição das relações políticas entre os **vários agentes sociais**. Ao contrário de significar a negação das desigualdades, a aposta na democracia implica reconhecer e explicitar, **pela via da negociação ou do confronto propositivo**, a existência das contradições sociais. (...) Em outras palavras, a **democracia é antes de tudo um valor estratégico** para nós, trabalhadores. (CUT, 1998, p. 71, grifo nosso)

A aposta na possibilidade de inferências positivas na política econômica e social de governos neoliberais é feita sob a avaliação dos limites do sindicalismo de confronto, pertinente nos anos 80, mas deslocado atualmente.

Deste ponto de vista, o sindicalismo de confronto chegaria ao seu limite pois “se concluiu o longo processo de transição conservadora e se abriu uma nova etapa na qual a questão democrática ocupa lugar de destaque” (Ibidem, p. 67), ao mesmo tempo em que o tema do desenvolvimento e enfrentamento da crise esteve no centro do debate eleitoral, assim, um papel desempenhado pelo sindicalismo foi desviado para a disputa eleitoral, e por fim, porque “ao longo dos anos 80 evidenciou a impossibilidade de saídas a curto prazo, ou seja, não há como obter novos padrões de renda, consumo e qualidade de vida sem soluções abrangentes que apontem para o equacionamento duradouro das questões econômicas e sociais em bases democráticas” (Ibidem, p. 68).

A palavra de ordem é participar.

Esta concepção sindical, a qual chamaremos de, sindicalismo de participação<sup>8</sup>, é defendida pela Articulação Sindical, corrente que dirige a maior parte dos sindicatos cutistas no Brasil<sup>9</sup>, em resumo, caracteriza-se por: a) avaliação da “inserção do país no mercado globalizado” como inevitável e necessária; b) participação institucional em fóruns paritários definidores de políticas públicas como forma de obter conquistas (é o que chamamos em outro momento de institucionalização de conquistas); c) defesa da democracia como centralidade da luta sindical; c) conformação das alianças em bases não classistas, com rebaixamento das reivindicações; d) afirmação da superação das estratégias de confronto.

Muitos foram os autores e correntes sindicais que criticaram e criticam esta linha de conduta do movimento sindical, porém faremos tal avaliação ao fim da exposição e cotejamento de nossa pesquisa. Por hora, é preciso salientar que a APEOESP tem acompanhado esta tendência do movimento sindical brasileiro e procura modificar sua forma de atuação na sociedade. A entrevista concedida à Maria Izabel de Almeida por Eneide Moreira Lima, professora da rede estadual desde 1978, diretora da entidade desde 1987 e atual secretária da educação do Município de Guarulhos, é elucidativa:

Hoje está colocada para os sindicatos a necessidade de responder com propostas aos confrontos em que se envolve. **Não dá mais para ser apenas contra.** É preciso darmos um salto de qualidade no sentido de fazermos o confronto propositivo. Sem isso, a tendência é o movimento sindical ficar isolado de outros setores da sociedade. Ainda estamos longe de conseguirmos construir, **de forma participada**, projetos capazes de responder às necessidades sociais. Mas esse é o nosso desafio (Almeida, 1999, p. 61, grifo nosso).

---

<sup>8</sup> Outros termos são recorrentes na literatura sobre o tema. O mais utilizado é sindicalismo propositivo (Boito, 1999), porém acreditamos que esta não seja a nomenclatura mais apropriada, muito embora, estejamos tratando do mesmo fenômeno, pois a proposição sempre esteve na pauta do movimento sindical, seja pelego ou de confronto. Porém, o viés participativo nas instâncias institucionais e as bases para a presença dos sindicatos nestas “mesas negociadoras”, nos parece ser a novidade.

<sup>9</sup> Sobre os debates entre correntes sindicais acerca do sindicalismo de participação e seus desdobramentos em Congressos da CUT e na definição da política da central, ver Boito, 1999; Costa, 1995 e Giannotti, 1993.

Outra entrevista, desta vez, de Roberto Felício, diretor da entidade de 1993 à 1998, evidencia a necessidade transpor o confronto grevista, visto com um saldo negativo:

Os professores fizeram muitas greves, algumas com até 80 dias de duração. E quais as conseqüências disso para a categoria profissional? A greve é um momento de sofrimento. Gera insegurança quanto ao que vai acontecer com o salário do período e dúvidas quanto a se conquistar as reivindicações. **O custo do que se conquistou é, quase sempre, muito alto.** Então isso cria um sentimento na categoria de que nós **precisamos encontrar novas formas de luta.** Não dá mais para ficarmos fazendo uma greve atrás da outra (Ibidem, p. 77-78, grifo nosso).

Verificamos, claramente, que há uma mudança nas perspectivas de luta sindical pela direção da APEOESP, corroborada pela pesquisa de Assis, que aponta a distância entre a pauta de luta da entidade em 1989 e 1996, com o abandono de questões como o não pagamento da dívida externa, rompimento com o FMI, desprivatização do Estado com investimentos prioritários para Saúde, Educação, Alimentação e Moradia, entre outros, e o notório rebaixamento das reivindicações de caráter restrito à categoria, como por exemplo, o piso salarial. Em 1989, o piso salarial reivindicado era o salário mínimo do DIEESE para 20 horas/aula, enquanto que em 1996, a reivindicação centrava-se no piso emergencial de 10 salários mínimos por 40 horas/aula<sup>10</sup>. (Assis, 1999, p. 70)

Concluindo, verificamos que as ações sindicais da APEOESP, caracterizam-se pela adoção de um sindicalismo de participação que: 1. por conceber a globalização econômica como inevitável, enfatiza a necessidade da valorização da educação como instrumento de qualificação da mão-de-obra e conseqüente inserção do país no mercado mundial. Para tal é necessário o compartilhamento de propostas possíveis com “diversos setores sociais”, privilegiando associações empresariais e as instâncias do Estado; 2. há portanto, o rebaixamento na pauta de reivindicação, mediante a confiança na democracia, como ponto central do debate político, pois garante o exercício do papel do sindicato, que é garantir avanços através de acordos com a “sociedade civil”; 3. a participação do sindicato, portanto, ocorre sob as bases dos projetos do governo, de cunho neoliberal, sobre a qual são construídas alternativas como forma de garantir menos perdas aos trabalhadores da

---

<sup>10</sup> As reivindicações aqui apontadas foram apresentadas nas teses da diretoria do sindicato nos Congressos da entidade de 1989 e 1996.

educação; 4. esta estratégia é balizada pela concepção de que a base da categoria não compreende as questões políticas gerais, assim os projetos do governo são analisados individualmente, deslocando-os do contexto, tratados isoladamente; 6. desta forma, os métodos de confronto são evitados substituindo-os por métodos de ação indireta.

O balanço retrospecto da atuação sindical da APEOESP durante o governo Covas aponta para o fracasso desta concepção sindical, pois a categoria viu negadas todas as suas reivindicações, sendo que as formas de luta não trouxeram conquistas ou fizeram avançar na aliança com a população em prol da escola pública, além de ter causado o enfraquecimento do sindicato junto à categoria.

Porém, este sindicalismo de participação foi reafirmado pela Articulação Sindical em campanha eleitoral da APEOESP no ano de 1988. As principais propostas da Chapa 6, estavam assentadas sobre a perspectiva de aprofundamento desta concepção, somada à orientação assistencialista, que fora derrotada duas décadas antes.

A visão da “nova” diretoria da APEOESP estava vinculada à idéia de que a “estabilidade econômica recessiva imposta pelo governo federal, com a escalada do desemprego e da exclusão social, impõe novas dificuldades, exigindo novos instrumentos de luta e a mobilização permanente em defesa das conquistas e direitos dos professores” (APEOESP, 1999a, p. 05) e para tanto, propunham uma intensa campanha de sindicalização, orçamento participativo na entidade, aprimoramento dos canais de comunicação com o associado, além de “criar cooperativas habitacionais e de crédito e plano de saúde próprio para os professores” (Ibidem).

O sindicato dirigia-se, cada vez mais, para as questões corporativas, assistencialistas, negando uma concepção classista e anticapitalista. Arrefecia frente aos avanços da “reforma” neoliberal na educação ao mesmo tempo em que abandonava a categoria à própria sorte.

A direção do sindicato, a corrente Articulação Sindical, responde à introdução do neoliberalismo na educação em São Paulo com a adoção do sindicalismo de participação, que assume a necessidade da introdução de mecanismos de mercado para o desenvolvimento capitalista brasileiro para uma melhor participação no mercado internacional. Decorre desta concepção o esvaziamento da radicalidade grevista com a

substituição dos instrumentos de luta históricos da categoria por “novas formas de luta” indiretas, privilegiando as instâncias de negociação no interior do aparelho estatal.

## Conclusão

Assumir o sindicalismo de participação em meio ao avanço das medidas neoliberais significou renunciar ao enfrentamento do neoliberalismo e debilitar a organização e mobilização dos professores. Este fato fica evidente durante a greve de 2000, quando a direção abandona a radicalidade da categoria e investe na negociação passiva, negando à categoria a utilização do aparelho sindical ao negligenciar a principal reivindicação da base: o fim das medidas neoliberais na educação no Estado de São Paulo.

A política neoliberal conjuntamente com o sindicalismo de participação mostrou a ilusão difundida por um sindicalismo que afirma a derrota da classe trabalhadora e de seus instrumentos de luta. Demonstrou que os limites da exploração do trabalho e do esvaziamento de significados transformadores da profissão docente são vivenciados pelos trabalhadores em educação, como a espoliação da vida é sentida por todos os trabalhadores que estão sujeitos às conseqüências da política neoliberal. Aqueles que estão derrotados em suas perspectivas, não são os trabalhadores desempregados, professores precarizados, seres humanos desumanizados, mas aqueles que por não ultrapassarem a ordem neoliberal, por não compreenderem seus efeitos para a humanidade, por não sustentarem as bandeiras de luta históricas de luta dos trabalhadores, aderem ao retrocesso, à imposição, à decadência e vêem no velho sistema explorador capitalista uma “nova” história.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Isabel de. *O Sindicato como Instância Formadora dos Professores: Novas Contribuições ao Desenvolvimento Profissional*, 1999. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo. São Paulo.



ALVES, Giovanni. A “globalização” como perversidade planetária do capital. *Lutas Sociais*, São Paulo, nº 03, pp.165-175, 2º sem.1997.

\_\_\_\_\_. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Orgs.). *Neoliberalismo e Reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 1998. p. 109-252.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (org). *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra,, 1995. p. 9-38.

ANTUNES, Ricardo. A crise e os sindicatos. *Revista Teoria e Debate*. nº 20, p. 66-69, 1º trim 1993.

\_\_\_\_\_. Dimensões da crise contemporânea do sindicalismo: impasses e desafios In: *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez Editora, 1995. p.57-72.

\_\_\_\_\_. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995 (b)

\_\_\_\_\_. (coord.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1997

\_\_\_\_\_. Dimensões da crise estrutural do capital. In: *Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 29-34.

ASSIS, Silvana Soares. As reformas neoliberais no ensino público paulista e o sindicalismo propositivo da APEOESP (Sindicato dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo) – 1991-1998. 1999. 218 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

BIANCHETTI, Roberto G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 3 ed.. São Paulo: Cortez Editora, 2001

BOITO Jr., Armando. (Org.). Reforma e Persistência da Estrutura Sindical In: *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 45-91

\_\_\_\_\_. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. *Revista Fundação Seade – Perspectiva*, São Paulo, vol. 8, nº 3, p. 23-28, jul/set. 1994.

\_\_\_\_\_. A questão do refluxo do movimento operário. *Revista Debate Sindical*, São Paulo, nº 3, ano 10, p. 20-24, nov/dez. 1996.

\_\_\_\_\_. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. *Revista Idéias*. Campinas. Ano 9 (1), 2002. p. 13-48.

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo, sistema educacional e trabalhadores em educação no Brasil. [www.espacoacademico.com.br/14cboito.htm](http://www.espacoacademico.com.br/14cboito.htm). Acesso em: 20 jul 2002.

BORON, Atílio A. Mercado, Estado e democracia – reflexões em torno da teoria política do monetarismo. In: *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal in SADER, Emir (Org). *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 63-138.

\_\_\_\_\_. Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir e GENTILLI, Pablo (Orgs). *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.7-67.

CEDI – Centro de Documentação e Informação. *APEOESP – dez anos – 1978/1988: memória do movimento dos professores do ensino público estadual paulista*. São Paulo: CEDI, 1993

CORAGGIO, José Luís. Propostas do Banco Mundial para Educação: sentido oculto ou problemas de concepção?. In: TOMASSI, Livia D., WARDE, Mirian Jorge e

- HADDAD, Sérgio (Orgs.). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p. 75-123.
- COSTA, Silvio. *Tendências e Centrais Sindicais: O movimento Sindical Brasileiro de 1978 a 1994*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995
- GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Escola S. A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília:CNTE, 1996. p. 09-49.
- \_\_\_\_\_. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas*. Petrópolis: Vozes, 1996(a). p. 111-177.
- \_\_\_\_\_. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. Adeus à Escola Pública: A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. . In GENTILI, Pablo. (Org.) *Pedagogia da Exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 228-252.
- GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO, Sebastião. *CUT, ontem e hoje*. São Paulo: Vozes, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Para onde vai a CUT*. São Paulo: Escrita, 1993.
- HADDAD, Sérgio. Os Bancos Multilaterais e as Políticas Educacionais no Brasil. In: VIANNA Jr., Aurélio. *A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Brasília: Rede Brasil, 1998. p. 41-51.
- HAYEK, F.A. *O Caminho da Servidão*. São Paulo: Instituto Liberal, 1987.
- LEHER, Roberto. 1999. Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Revista Outubro 1999
- MORAES, Reginaldo. Neoliberalismo: o que é e para onde leva. *Cadernos Em Tempo*, São Paulo, nº 300-301, p. 01-06, abr. 1998.
- \_\_\_\_\_. *Brasil, Política: estruturas, conjunturas, conjecturas*. Primeira Versão, Campinas, nº 86, jul. 1999.

\_\_\_\_\_. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?*. São Paulo: SENAC, 2001.

NAVES, Marcio B. Contribuição ao debate sobre a democracia. *Temas de Ciências Humanas*, nº 10, São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

\_\_\_\_\_. Democracia e dominação de classe burguesa. *Revista Crítica Marxista*, Vol. 1, nº 4, São Paulo: Xamã, 1997.

POCHMANN, Márcio; BARRETO, Reginaldo M.; MENDONÇA, Sérgio E. A. Ação Sindical no Brasil: transformações e perspectivas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol. 12 (1), p. 10-23, 1998.

SAES. Décio. A democracia burguesa e a luta proletária. *Estado e Democracia: ensaios teóricos*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994, p. 151-180.

\_\_\_\_\_. *República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

VIRIATO, Edaguimar Orquiza. *Política Educacional do Estado de São Paulo (1995-1998): desconstrução da escola pública*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.

#### DOCUMENTOS OFICIAIS DO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL

BRASIL. 1994. Ministério da Educação e do Desporto. *Acordo Nacional*, Conferência Nacional de Educação para Todos, Brasília.

\_\_\_\_\_. 1994b. Ministério da Educação e do Desporto. *Plano Decenal da Educação Para Todos (1993-2003)*, Brasília, MEC/UNESCO, maio.

\_\_\_\_\_. 1996. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Diário Oficial da União, ano CXXXIV, nº 248, 12.12.96, pp. 27.833-27.841.

SÃO PAULO (Estado). 1995. Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 2 de 06.01.95. Dispõe sobre o processo de escolha dos Delegados de Ensino e da outras providências. <http://www.educacao.sp.gov.br>. Acesso em 10 nov 2002.

\_\_\_\_\_. 1995a. Secretaria de Estado da Educação. Comunicado SE. de 22.03.95. Dispõe sobre as principais diretrizes educacionais para o Estado de São Paulo, para o período de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998. *Diário Oficial do Estado*, Seção I, São Paulo, 23.03.95, pp. 8-10.

#### JORNAIS DA APEOESP

APEOESP. 1999a. Jornal da APEOESP, nº 246, jul

\_\_\_\_\_.1994d. Jornal da APEOESP, nº 200, jul/ago.